

ATA Nº 531/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situado na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se 24 (vinte e quatro) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, 10 (dez) membros da comunidade escolar formada por mães e pais do Colégio João XXIII, conforme listas de presenças assinadas, em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva - Presidente, Sra. Aline Carraro Portanova - Vice-Presidente, Sr. Amarildo Maciel Martins - Diretor Jurídico, Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Diretora de Comunicação, Sr. Denilson Gonçalves de Oliveira - Diretor Financeiro, Sr. Ricardo de Almeida Collar - Diretor de Obras e Patrimônio, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, Profa. Ianne Ely Godoi Vieira - Coordenação Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, Profa. Márcia Elisa Valiati - Coordenação Pedagógica da Educação Infantil, Profa. Miriam Zambonato - Coordenação Pedagógica do 9º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio e Profa. Rosa Maria Limongi Ely - Coordenação Pedagógica da Etapa de 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch - Secretária da Fundação. A Presidente da Fundação realizou a abertura da assembleia que teve como ponto de pauta: **Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 529/19, de 26/03/2019; Ratificação do Orçamento 2019; Planejamento do futuro da Escola: a) Projeto 2023 e Assuntos Gerais: a) Eleição - renovação parcial do Conselho Deliberante em maio/2019. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** na pauta Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberante nº 529/19, de 26/03/2019, a Presidente submeteu a ata à apreciação da assembleia e não havendo ressalvas encaminhou à votação. Dos 29 (vinte e nove) Conselheiros com mandato vigente e aptos a voto, 23 (vinte e três) estavam presentes na assembleia, sendo que 3 (três) Conselheiras Suplentes, Janaína Tólio, Joice Pavek Figueiró e Cristiane de Paula Vieira, estavam acompanhando suas Conselheiras Titulares, portanto, sem direito a voto, restando 20 (vinte) Conselheiros aptos para votar, destes 19 (dezenove) votaram pela aprovação e 1 (um) se absteve de votar. A ata foi aprovada pela maioria absoluta dos presentes. A Vice-Presidente eleita, Aline Carraro Portanova, informou que continua à disposição desse Conselho para que juntos possam melhorar o Colégio e continuar com o crescimento que se vem tendo; deu boas-vindas ao novo Diretor Jurídico eleito, Amarildo Maciel Martins, companheiro da Diretoria Executiva. Após, informou que o Diretor Financeiro, em conjunto com a Gerente Administrativo-Financeira, apresentaria o próximo ponto de pauta **Ratificação do Orçamento 2019**. O Diretor Financeiro fez uma breve introdução informando que essa adequação do Orçamento foi realizada com muito cuidado e analisando toda a situação do ano passado. Antes de iniciar a apresentação salientou que no Orçamento 2019, aprovado pelo Conselho em novembro, a Fundação tinha um déficit de R\$ 606.106,00, sem incluir o pagamento das rescisões da Diretora e da Vice-Diretora Pedagógica, no valor de R\$ 622.370,73 que foi retirado do Caixa da Fundação, mas que já possuía autorização de um valor contingenciado do Fundo de Sustentabilidade, pelo Conselho Deliberante, na reunião ordinária de 11/12/2018, para caso fosse necessária a reposição desse valor. Ratificou que não foi necessário mexer no saldo do fundo para pagar as despesas das referidas rescisões, pois a Fundação saldou com as finanças regulares e fechou 2018 com saldo positivo. Isso foi em função de que em 2017 foi previsto um índice de 10,5% de reajuste das mensalidades em função da previsão de aumento salarial dos profissionais e foi homologado pelo sindicato patronal apenas uma reposição de 5,5% no dissídio, o que gerou uma diferença a maior no orçamento de 5%. O Conselho manteve essa diferença de 5% na mensalidade, gerando um superávit de R\$1.500.000,00 no fechamento de 2017. Esse superávit de 2017 foi somado aos valores de outras rubricas do Orçamento de 2018 que não foram executadas até o fechamento em dezembro 2018 e que foram revertidos para o Caixa da Fundação. Para ratificação do Orçamento 2019, foram feitas algumas adequações, pois foram 35 alunos a menos do que o orçado, mais os desenhos que houve em relação às rescisões. Após a apresentação do Orçamento 2019, informou que apresentará a proposta de equacionamento viável para Fundação, sem aumento de mensalidades. Foi trabalhado em conjunto com a área Pedagógica e área Administrativa revendo todos os pontos possíveis de reduzir, dimensionando e qualificando as despesas da Fundação sem prejudicar o Pedagógico. A proposta está baseada nas seguintes premissas: não aumentar as contribuições nas mensalidades e readequar todas despesas do Pedagógico. Na sequência, a Gerente Administrativo-Financeira apresentou as Premissas Orçamentárias 2019 para montagem do orçamento a partir do cenário apresentado na projeção do Orçamento 2019, aprovada em novembro passado. Nas matrículas e rematrículas, comparando o orçado com o realizado, informou que: foram orçadas 51 turmas, prevendo o cancelamento de 1 turma (1ª. série EM) e foram realizadas 49 turmas, em função do cancelamento de 3 turmas (4º. ano EF, 1ª e 2ª série do EM); reduziu o total de rematrículas para 916 (-1); diminuindo o total de bolsas para 176 (-2); aumentando o total de alunos novos para 116 (+19); aumentando o total de cancelamento para 178 (+52), reduziu o total de alunos matriculados para 1.031 (-35). Ratificou o que foi falado pelo Diretor Financeiro sobre a situação de 2018 que devido ao superávit de 2017 mais o valor de outras rubricas do orçamento que não foram executadas até o fechamento de 2018 e que foram revertidas para o caixa único, mantiveram o caixa da Fundação em 2018 linear, mesmo com a saída de 47 alunos, que representou uma diminuição de receita em torno de R\$ 1.000.000,00. Foi sinalizado que em 2019 se teria o impacto no Colégio. Apresentou o quadro comparativo dos anos de 2017 a 2019 com os motivos e os números de cancelamentos abertos por etapa. Salientou que em alguns casos na entrevista de cancelamento as famílias que colocam como motivos diversos, na realidade nas entrevistas de cancelamentos se constatou que os cancelamentos eram por motivos financeiros. Esclareceu sobre as negociações com as famílias inadimplentes e as ações que estão sendo realizadas de fidelização e de captação de alunos novos. Mensalidades - reajuste de 8,5% (7,5% de reajuste + 1% do fundo de sustentabilidade) para todas as etapas. Indicadores econômicos - o INPC ficou definido, em março/2019, em 3,94%. Acordo coletivo - projetado em 5,5% na folha de pagamento e em março confirmou o INPC 3,94% e o ganho real ainda está sendo negociado, por isso a Fundação manteve os 5,5% e está aguardando homologação do acordo coletivo. Ranking das escolas particulares - chamou a atenção dos diferenciais do João XXIII no comparativo das mensalidades que devem ser levados em conta: número menor de alunos em sala de aula e projetos pedagógicos diferenciados revertem no aumento dos custos. Inadimplência manteve 4,80% por precaução para a Fundação, pois deverá ser maior em 2019. Campanha de antecipação de anuidades, foi prorrogada por uma semana, devido à preocupação da Fundação em não alcançar o número previsto de antecipações até dez/18 para bancar as despesas com as rescisões (que ocorreriam em jan/19), entretanto mesmo com essa medida houve redução no número de adesões para 43 (-2). Joazinho Legal - nas 4 modalidades, reajuste 8,5% - reduziu para 52 (-8) alunos devido a situação

financeira das famílias. Indicadores financeiros, percentual com relação a receita no fluxo de caixa de 2018, as despesas gerais representam 98,18% da receita. Fundo de Sustentabilidade – apresentada a forma de composição do fundo, os índices percentuais anuais de aumento real nas mensalidades desde a sua criação, em 2015 até 2019, e o extrato do fundo de janeiro de 2018 a março de 2019 com saldo final total de R\$ 2.938.428,03. Fundo de Investimento 2019 – deliberado em outubro de 2018 pelo Conselho, com relação ao QGTB e as obras manutenção do Prédio 4 (elétrica, forro e pintura) houve uma redução do orçamento R\$ 403.410,48 para o realizado R\$ 388.186,58 devido a renegociação de valores mais baratos e salas estúdios. Com relação as salas da 3ª. Série EM, à acessibilidade e ao PPCI, apesar de ainda ter R\$ 25.000,00 a realizar até dezembro, já foi negociada uma redução de R\$ 15.134,90. Com relação às Verbas do Fundo de Investimentos e economia de energia 2018, houve um aumento no saldo Fundo de Investimento de R\$ 45.103,95, em função dos cancelamentos ocorridos a partir de janeiro de 2019 que ficaram fora do prazo (dezembro/2018) para solicitação de devolução do fundo, bem como o aumento da economia de energia com lâmpadas led reverteu o valor de R\$ 13.772,20, resultando um saldo de R\$ 559.545,00. Em abril de 2019, o total das verbas do Fundo de Investimento (out/18-mar/19) foi de R\$ 559.545,00, descontando as despesas realizadas e a realizar (out/18-mar/19) de R\$ -441.355,58, resultou no saldo final de R\$ 118.189,42. No Fluxo de Caixa, no Orçamento 2019 apresentou a projeção aprovada pelo Conselho, em novembro/2018, salientou que o realizado até out/18 mais o orçado até dez/18, considerando 4% de aumento, 1077 alunos e sem as rescisões o saldo final de R\$ 245.995,00 e considerando mais as rescisões o saldo final passou para R\$ -376.005,00; apresentou o realizado até dez/18, considerando 4% de aumento, 1074 alunos e com as rescisões o saldo final ficou em R\$ 38.159,00, em função das despesas não realizadas que retornaram para o orçamento. Na proposta de ratificação, em abril/2019, salientou que o realizado até out/18 mais o orçado até dez/18, considerando 4% de aumento, 1077 alunos e sem as rescisões o saldo final de R\$ 245.995,00 e considerando mais as rescisões o saldo final passou para R\$ -376.005,00; apresentou a projeção do saldo final para 2019, considerando 8,5% (7,5%+1%) de aumento, com 1.066 alunos e sem as rescisões, no valor de R\$ -600.106,00, e considerando mais as rescisões o saldo final passou para R\$ -1.222.106,06, entretanto o saldo inicial, considerando 8,5% (7,5%+1%) de aumento, com 1.030 alunos, realizado até mar/19 mais orçado até dez/19, ficou em R\$ 38.159,00 e o saldo final fechará até dez/19 em R\$ -172.993,00. Comentou sobre a redução na receita do 35 alunos pagantes e 8 alunos no Joãozinho Legal, bem como comentou na rubrica de recursos humanos as movimentações na folha de pagamento de março a dezembro em relação ao orçado em 2019, aberto por etapa, conforme negociado com as Coordenadoras, bem como as movimentações na folha de pagamento janeiro, fevereiro e março em relação ao orçado 2019, com as rescisões; os salários orçados e não orçados; os salários, férias e encargos orçados à maior. Na Gratuidade, mostrou o comparativo detalhado dos cálculos com a redução do número de alunos projetados de 1.066 para o realizado 1.031, reduzindo a proporção de 5 alunos pagantes para 1 aluno bolsista de 178,4 para 172,6, no cálculo dos benefícios complementares o saldo do número de bolsas a maior que o estabelecido na lei da Filantropia passou de 6,6 para 17,7. Informou que os valores de Investimentos Orçados foram de R\$ 148.277,72, somando os valores não realizados e reduzindo os realizados, o saldo realizado ficou em R\$ 140.821,75, resultando em uma diferença no orçamento não realizado de R\$ 7.455,97. O Conselheiro Francisco de Paula Bastos de Freitas questionou sobre o Projeto de Robótica no Colégio. A Gerente Administrativo-Financeira esclareceu que não foi lançada verba para esse projeto no orçamento. A Coordenadora Ianne Ely Godoy Vieira informou que foi encaminhado para a Direção Pedagógica, na época, pela etapa a necessidade de verba para o Projeto Pedagógico de Robótica e deixou registrada a surpresa quando analisando o orçamento da etapa, em conjunto com a Direção Pedagógica Interina e a área Administrativa, foi constatado que não foi lançado para 2019. A Gerente Administrativo-Financeira esclareceu que a Direção Pedagógica na época não encaminhou para lançamento. Apresentou a proposta dos valores ainda previstos para investimentos de R\$ 52.762,00, reduzindo os valores gastos da verba de 2019 (dez) de R\$ -14.658,30 e a diferença do orçamento não realizado de R\$ -7.455,97, gerou um valor a maior previsto em Investimentos de R\$ 30.647,73. Comentou, ainda, sobre as movimentações orçamentárias que compõem a rubrica outros. A seguir, o Diretor Financeiro esclareceu que buscou soluções para enfrentar o déficit orçamentário, após diversos exercícios de simulação para equalizar o Orçamento 2019, que estava com saldo de R\$ -1.222.106,06, a saber: a) AUMENTO NAS MENSALIDADES - em torno de 3%, que representaria R\$ 100.000,00, e nesse valor não seria viável, necessitaria um aumento em torno de 10%, impraticável; b) EMPRÉSTIMO BANCÁRIO - de R\$ 1.100.000,00 para zerar as contas, com 24 parcelas de aproximadamente R\$ 70.000,00, com taxa de juros de 1,16%, também inviável esse compromisso financeiro anual de aproximadamente R\$ 800.000,00 até 2021; c) AUTO FINANCIAMENTO - a Fundação com o próprio saldo do Fundo de Sustentabilidade, suspendendo o repasse ao Fundo de abril a dezembro de 2019, do valor recolhido de 1%, repassando, nesse período, para o Caixa da Fundação, com o compromisso de não mexer no saldo atual de R\$ 2.938.428,03 do Fundo de Sustentabilidade, ou seja, mudar o critério do recolhimento do fundo neste período específico. Salientou que reverteria o saldo de R\$ 118.189,42 do Fundo de Investimento para o Caixa da Fundação, também nesta proposta, ficando o saldo final do Orçamento no valor de R\$ -172.993,00. Lembrando que dentro desses R\$ -172.993,00, a Fundação conta com o reajuste na folha de pagamento de 5,5% que foi deixado no orçamento e no momento da homologação do reajuste salarial, que deverá ficar em torno de 3,94% da inflação sem ganho real. Destacou que essa diferença será aplicada na proposta do Comitê de Governança, conforme aprovado por este Conselho no Organograma da Fundação, para a implementação do cargo de Coordenador de Serviços e do Projeto Piloto do FAPIT, no total de R\$ 65.891,09, de maio a dezembro de 2019. Não estão no Orçamento, mas a Diretoria Executiva está somente aguardando a homologação do reajuste salarial para fazer esse encontro de contas para a implementação. A previsão orçamentária, ainda, ficará negativa, mas ao longo do ano a equipe de CTAP e a Gerente Administrativo-Financeira, em conjunto com a Diretoria Financeira, farão revisão mensal do orçamento qualificando as despesas e chegar no final do ano com saldo zerado, sem aumento de mensalidade e nem empréstimo externo. Esclareceu que a redução do número de alunos pagantes já havia ocorrido em 2018, com 47 cancelamentos. Salientou que conversou com algumas dessas famílias e muitas delas não queriam deixar o Colégio, mas por questões econômicas atuais não tiveram opção. A proposta da Diretoria Executiva, após esse estudo, é de AUTO FINANCIAMENTO com suspensão do repasse ao Fundo de abril a dezembro de 2019, do valor recolhido de 1%, repassando, nesse período, para o Caixa da Fundação, acumulando o total da parcela da mensalidade que é destinada ao Fundo de Investimentos de R\$ 118.189,42, também, para o Caixa da Fundação. O Conselheiro Daniel Juliano Doederlein Soares trouxe a proposta, já encaminhada pelo whatsapp para a Presidente e para a Diretora Jurídica, na época, de oferta de bolsas 50% para o 6º e 7º ano do EF, restringindo famílias pagantes de participar e captando famílias novas. A

Gerente Administrativo-Financeira salientou que toda sugestão de melhoria é válida, mas a Fundação tem que ter cautela na concessão de bolsas 50%, pois poderá ter um crescimento da renúncia de receita de pagantes, pois a renda per capita aumenta para 3 (três) salários mínimos e muitas famílias do Colégio se enquadrariam nessa margem de renda. O Conselheiro Daniel Juliano Doederlein Soares solicitou que esse assunto não se esgote nesta reunião, mas que a Diretoria Executiva olhasse para essa possibilidade. O Diretor Financeiro informou que esse assunto será pautado ao Comitê de Filantropia, para que juntamente com a área Pedagógica, faça esse exercício, pois é preciso qualificar as despesas daqui para frente. O Conselheiro Fabrício Valmorbida Marçal Pessôa solicitou que essas sugestões/propostas venham por escrito para análise do Conselho. A Vice-Presidente esclareceu que o critério proibição de uma família pagante passar a ser bolsista tem que ser avaliada juridicamente. Salientou que essa demanda será encaminhada ao novo Coordenador do Comitê de Filantropia, Amarildo Maciel Martins, Diretor Jurídico eleito. O Conselheiro Sandro Duarte da Silva sugeriu também um estudo de viabilidade sobre essa proposta de bolsa 50% da Filantropia passar a ser do Colégio. A Vice-Presidente esclareceu que a Fundação tem regulamentação a ser seguida. A Conselheira Joice Pavék Figueiró questionou sobre a observância das regras exigidas para alteração no Fundo de Sustentabilidade. O Conselheiro Francisco de Paula Bastos de Freitas elogiou o trabalho da equipe que elaborou o Orçamento 2019. A Presidente esclareceu que tem um regimento para mexer no Fundo de Sustentabilidade, mas a proposta da Diretoria Executiva apresentada é de manter o Fundo como está, com saldo de março/2019 no total de R\$ 2.938.428,03, mantendo o rendimento mensal, e durante os meses de abril a dezembro de 2019 suspender o repasse de 1% destinado ao fundo e repassando esse valor com parte integral da mensalidade para o Caixa da Fundação. Lembrou que na aprovação do Orçamento 2019, em novembro de 2018, foi deliberado o valor de reajuste da mensalidade de 7,5% mais o recolhimento de 1% para Fundo de Sustentabilidade e agora na ratificação do Orçamento 2019, em abril de 2019, a proposta é não repassar o recolhimento de 1% para o Fundo, de abril a dezembro de 2019, e sim integralizar esse percentual a mensalidade e repassar ao Caixa da Fundação, com compromisso de não mexer no saldo atual do fundo, até março de 2019 e rediscutir essa retomada do repasse para os próximos anos. A vice-Presidente ratificou que não foi sacado o valor de R\$ 752.370,73 aprovado pelo Conselho para repor o valor das rescisões e eventuais despesas até março de 2019 e a proposta, agora, é de não depositar o valor correspondente a 1% para conta do Fundo de Sustentabilidade. O pai José Carlos Monteiro da Conceição salientou que a composição do Fundo de Sustentabilidade e os rendimentos é até 2020 e que em 2021 o Conselho voltaria a debater sobre a destinação desse fundo. Propôs que fossem mantidas as regras do jogo. Salientou que foi aprovado o uso dos R\$ 752.370,73 e não foi necessário o uso e que poderia ser realizada outra reunião para definir o uso de outro valor. Comentou sobre a fiscalização rigorosa da Procuradoria das Fundações/Ministério Público sobre deliberações nas atas das reuniões do Conselho Deliberante sobre o assunto. A Diretora de Comunicação esclareceu a finalidade e os critérios fixados para utilização do Fundo de Sustentabilidade. Comentou que independente das questões levantadas pelo pai José Carlos Monteiro da Conceição, é importante salientar que a Fundação já necessitou fazer a rediscussão dos índices de recolhimento do fundo em outras oportunidades, inclusive lembrou que, no primeiro ano em 2015, a proposta da Diretoria Executiva era de recolher 2% e o próprio José Carlos Monteiro da Conceição, Conselheiro na época, durante o andamento da reunião de aprovação pelo Conselho do Fundo de Sustentabilidade, formulou uma proposta de redução de 2% para 1,5%, que o Conselho acatou e deliberou. Comentou que uma questão é saber que a Fundação tem um valor específico no fundo e que poderá garantir o funcionamento da escola. Tem que deixar claro que a proposta apresentada pela Diretoria não tem a intenção de retirar do fundo um valor que foi deliberado para essa finalidade de forma irresponsável e, sim, o que se está propondo é uma análise do Orçamento 2019 para chegar da melhor forma de conduzir essa peça orçamentária que foi apresentada. Da mesma forma que toda a documentação vai para a Procuradoria das Fundações no MPRS, também, esse saldo negativo do Caixa da Fundação é avaliado por esse órgão e também merece uma análise deste Conselho. Enfatizou que se a Fundação tem condições hoje de reavaliar a mensalidade, retirando o percentual de 1% que iria para Filantropia e retornar esse valor para o Caixa da Fundação, levando adiante o trabalho da escola esse ano, então esse Conselho pode rever conduzir esse percentual no próximo ano para Filantropia, como se fez em outros anos. Salientou que não é o caso de quebra das regras do jogo e sim uma questão de avaliação desse momento especial em que a escola precisa dessa verba é importante que o Conselho avalie esta proposta. Destacou que, na gestão da Diretoria Executiva em que era Presidente, foi criado o Fundo de Sustentabilidade, bem como foi levantado que as regras devem ser muito rígidas e preservadas, porém nesse momento atual a Fundação deve pensar na utilização do fundo, no valor de R\$ 2.938.428,03, ou de parte dele para reorganização da saúde financeira do Colégio. Salientou que em 2020, como se previa inicialmente, a Fundação não chegará com o saldo de R\$ 5.000.000,00, mas hoje temos R\$ 2.938.428,03 em caixa e a escola não está negativa, pois a Fundação tem dinheiro e isso tem que estar claro para todos e é importante que seja dito e ressaltado no orçamento, para que a comunidade escolar entenda que o Colégio está bem. É fundamental, neste momento, para que a escola siga em frente e se reorganize. Hoje, o Colégio está vivendo em um momento de reorganização e de retomada muito importante. A mãe Candice Orlandin Premaor Gullo, em 2017, era Diretora Jurídica e Coordenadora do Comitê de Filantropia e foi uma defensora ferrenha em manter em 2% a arrecadação para o Fundo de Sustentabilidade e que sem o consenso da Diretoria Executiva foi encaminhada ao Conselho a proposta com apenas 4% do reajuste na mensalidade sem percentual para Filantropia. Comentou que na época a prestação de contas não tinha sido aprovada ainda pelo MEC e a flexibilização da arrecadação naquele momento foi muito mais grave, mas agora já houve essa aprovação das contas. O Conselho na época discutiu e definiu em 2017, que não poderia ser resgatado o valor do fundo, mas que em reunião específica do Conselho, com quórum especial, poderia ser discutida a flexibilização da forma e dos percentuais de recolhimento. Salientou além de ter a aprovação das contas, hoje, a Fundação tem um canal aberto junto ao MEC o que faz que a Fundação tenha mais proximidade e possa esclarecer as dúvidas quanto à legislação, evitando assim os riscos e/ou mal-entendidos com relação as normativas da Filantropia. Destacou que a crise prevista na economia, já em 2017, atingiu o João XXIII agora em 2019, portanto a proposta da Diretoria Executiva é uma proposta coerente que recomenda suspender, de abril até o final do ano de 2019, o repasse ao fundo e repassar esse percentual com a mensalidade para o Caixa da Fundação neste período. Concorda que se reveja na reunião de aprovação do Orçamento, em novembro de 2019, o Conselho discuta percentuais e formas de recolhimento para 2020. A Conselheira Maria Luiza Pont, membro do Conselho Fiscal, representando os demais membros, Pai Gilberto Pinto e o Conselheiro Jorge Hugo Gomes, informou que na reunião do dia 26/04/2019, após análise das peças Orçamentárias, foi emitido o *Parecer Favorável do Conselho Fiscal recomendando à aprovação do Orçamento*

2019, sem ressalvas. Salientou que a proposta da Diretoria Executiva foi muito bem construída por todos os envolvidos da área Financeira e Pedagógica e é extremamente positiva e muito simpática. Comentou que a situação que o Pai José Carlos Monteiro da Conceição colocou de não poder ser destinado o percentual recolhido para o Caixa único da Fundação, ela relembrou que a situação que a Fundação enfrenta hoje é totalmente diferente da enfrentada em 2017, quando foi proposto o não recolhimento do fundo porque a situação financeira estava muito boa. Então naquele ano que a Fundação teve o menor índice de reajuste, que foi de 4% na mensalidade, foi criada uma polêmica, inclusive dentro da Diretoria Executiva, onde foi sugerido que a Fundação não recolhesse o fundo devido à boa situação financeira. Hoje, a situação da Fundação é diferente e a proposta é a Fundação se auto financiar, utilizando recursos próprios do Fundo de Sustentabilidade, sem mexer no saldo até março de 2019, mantendo o rendimento mensal, e apenas suspendendo o repasse de 1% de abril até dezembro de 2019 para o fundo e repassando para o Caixa único da Fundação. Caso contrário, mesmo com esse recurso disponível, a Fundação vai optar por um empréstimo bancário, isso sim não é uma boa opção. A solução proposta pelo Diretor Financeiro é extremamente cuidadosa e foi de um preciosismo de detalhes trabalhados. Questionou a justificativa pelo qual, em 2017, a Fundação que estava com uma boa condição financeira não recolheu o percentual de 2% para o fundo e, hoje, com o saldo negativo do Orçamento, a proposta é manter o recolhimento de 1% do fundo, porém destinando o mesmo para o Caixa único da Fundação, por um período determinado. Salientou que se essa alteração necessita de uma aprovação específica, isso pode ser verificado, porém a peça orçamentária apresentada pela Diretoria Financeira é essa que foi analisada e recomendada pelo Conselho Fiscal e está sendo apreciada e será votada pelo Conselho Deliberante nesta assembleia. A Conselheira Joice Pavék Figueiró salientou que concorda com a medida proposta pela Diretoria, de autofinanciamento, mas questiona a reposição do fundo que será suspenso nos meses de abril a dezembro de 2019, ficando defasado o saldo da proposta original aprovada. Salientou que a Fundação já teve, em anos anteriores, a possibilidade de perda da Filantropia. Destacou que o Conselho tem que manter o objetivo claro da finalidade do fundo, caso o governo venha a mudar as regras da Lei da Filantropia. Propôs que a Diretoria apresente uma proposta de reposição do fundo e de revisão das regras de alteração do mesmo, numa reunião específica para o tema. A Presidente então concluiu que a dúvida levantada é sobre a forma de utilização do fundo. **Encaminhamento:** Respondidos os questionamentos e atendendo as ponderações da assembleia, a Presidente submeteu as seguintes propostas à aprovação do Conselho: **PROPOSTA 1 – Ratificação do Orçamento 2019 - que o Conselho Deliberante aprove o Orçamento 2019 da forma como foi apresentada a peça orçamentária, com o percentual de 1% do Fundo de Sustentabilidade integrando a mensalidade e sendo repassado para o Caixa da Fundação, de Abril e Dezembro e o saldo do Fundo de Investimentos apurado de R\$ 118.189,42, também faça parte do Caixa da Fundação, para os Investimentos.** Dos 29 (vinte e nove) Conselheiros com mandato vigente e aptos a voto, 24 (vinte e quatro) estavam presentes na assembleia, sendo que 3 (três) Conselheiras Suplentes, Janaína Tólio, Joice Pavék Figueiró e Cristiane de Paula Vieira, estavam acompanhando suas Conselheiras Titulares, portanto, sem direito a voto. Os 21 (vinte e um) Conselheiros aptos a voto aprovaram a Ratificação do Orçamento 2019 por aclamação, sem ressalvas. **PROPOSTA 2 – Convocação Reunião Extraordinária, com pauta única Filantropia - que a Diretoria da Fundação convoque uma reunião extraordinária, com pauta única Filantropia, para o Conselho Deliberante homologar a alteração no recolhimento do Fundo de Sustentabilidade, de abril a dezembro/2019; a proposta de reposição nos anos seguintes e a revisão das regras estabelecidas pelo Conselho Deliberante em dezembro de 2014.** A Mãe Viviane Rosa Clavijo solicitou o registro da ressalva em ata de que já existe um precedente nesta decisão. O Pai José Carlos Monteiro da Conceição concorda com a solução de suspensão do repasse do percentual de 1% do fundo nos meses de abril a dezembro de 2019, com avaliação do recolhimento em reunião extraordinária específica. Dos 29 (vinte e nove) Conselheiros com mandato vigente e aptos a voto, 24 (vinte e quatro) estavam presentes na assembleia, sendo que 3 (três) Conselheiras Suplentes, Janaína Tólio, Joice Pavék Figueiró e Cristiane de Paula Vieira, estavam acompanhando suas Conselheiras Titulares, portanto, sem direito a voto. Os 21 (vinte e um) Conselheiros aptos a voto aprovaram a Convocação de Reunião Extraordinária com pauta única Filantropia por aclamação, com a ressalva de que já existe um precedente nesta decisão. Na pauta **Planejamento do Futuro da Escola:** a) **Projeto João 2023.** Os representantes dos Comitês Temáticos do Projeto João 2023 apresentaram um relato resumido dos trabalhos e ações realizadas pelos grupos, na sequência: a) **Comitê de Relacionamento Socioambiental** – Cristiane Abarno Dias e Maria Clara; b) **Comitê de Governança** – Ianne Ely Godoi Vieira e Candice Orlandi Premaor Gullo; c) **Comitê Satisfação e Qualificação** – Adriana Pandolfo Goytacaz; d) **Comitê de Custos** – Fátima Eschberger; e) **Comitê de Filantropia** – Fátima Eschberger; f) **Comitê de Filantropia (permanente)** – Aline Carraro Portanova; g) **Comitê de Inovação e Qualidade do Ensino-Aprendizagem** – Mirian Zambonato; h) **Comitê de Captação e Fidelização** – José Carlos Monteiro da Conceição; i) **Comitê de Comunicação** – Cristina Pozzobon. Na pauta Assuntos Gerais, com relação à **Eleição 2019 - renovação parcial do Conselho Deliberante**, que será realizada em maio de 2019, a Conselheira Maria Luiza Pont, Coordenadora da Comissão Eleitoral fez um breve relato dos dados de número de turmas e de candidatos inscritos para participarem da Eleição de 2019, que superaram os anos anteriores. Apresentou o cronograma do Processo Eleitoral e informou sobre o Encontro da Diretoria da Fundação com os novos Conselheiros que será realizada no dia 21/05/2019, às 19h, e sobre a Cerimônia de Posse que ocorrerá no dia da reunião Ordinária do Conselho Deliberante no dia 28/05/2019, às 19h30min. A Presidente, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva, encerrou a reunião.

Laura Maria da Conceição Eifler Silva
Presidente

Rosângela A. Gomes Dresch
Secretária da Fundação